

19/05/2010

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.872 DISTRITO FEDERAL

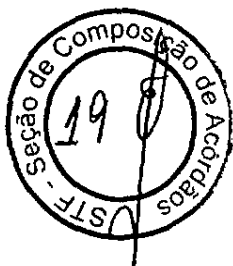
RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
IMPTE.(S)	: JOÃO URCINO FERREIRA
ADV.(A/S)	: ULISSÉS BORGES DE RESENDE
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TC Nº 01508220002)

APOSENTADORIA – REGISTRO – REVISÃO – ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – LEI Nº 9.784/99 - ADEQUAÇÃO. Em se tratando de ato do Tribunal de Contas da União a alterar situação administrativa constituída, incide o prazo quinquenal previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/99.

APOSENTADORIA – REGISTRO – GLOSA – OPORTUNIDADE. Não havendo transcorrido, entre o registro da aposentadoria e a glosa do Tribunal de Contas da União, o prazo de cinco anos estabelecido no artigo 54 da Lei nº 9.784/99, descabe cogitar de preclusão administrativa.

APOSENTADORIA – REGISTRO – REVISÃO – DIREITO DE DEFESA. Surgindo do processo notícia sobre a ciência do beneficiário do registro da aposentadoria revisto, tem-se como observado o devido processo administrativo.

APOSENTADORIA – TEMPO DE TRABALHO RURAL. Sendo o sistema de aposentadoria contributivo, cabe exigir, relativamente ao tempo de serviço rural, a comprovação do recolhimento das contribuições.



A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em indeferir a segurança, nos termos do voto do relator e por

MS 26.872 / DF

maioria, em sessão presidida pelo Ministro Ayres Britto, Vice-Presidente, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 19 de maio de 2010.

MARCO AURÉLIO

–

RELATOR

19/05/2010**PLENÁRIO****MANDADO DE SEGURANÇA 26.872 DISTRITO FEDERAL****RELATOR****: MIN. MARCO AURÉLIO**

IMPEL.(S)

: JOÃO URCINO FERREIRA

ADV.(A/S)

: ULISSES BORGES DE RESENDE

IMPDO.(A/S)

: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TC Nº 01508220002)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A Assessoria bem informou as balizas desta impetração:

Na decisão que implicou o indeferimento do pedido de medida acauteladora, a espécie ficou assim resumida (folhas 50 e 51):

[...]

Com a inicial de folha 2 a 15, o impetrante formula pleito de concessão de liminar que implique a suspensão dos efeitos do Acórdão nº 1117/2007 – TCU – 2ª Câmara, Processo TC nº 015.082/2000-2, do Tribunal de Contas da União (folha 21 a 26) e da Carta nº 203/2007, datada de 6 de julho de 2007 e editada pela Coordenadora-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda (folha 29). Quanto ao mérito, pretende ver fulminado o mencionado acórdão. Informa que a Corte de Contas, em sede de recurso, julgou ilegal a aposentadoria que lhe fora concedida, em 3 de dezembro de 1997 (folha 19), tendo em conta a exclusão do tempo de serviço rural, e o Ministério da Fazenda, dando cumprimento à referida decisão, determinou-lhe a apresentação ao serviço, no prazo de cinco dias, até completar o tempo mínimo exigido para a aposentadoria, facultando-lhe, alternativamente, continuar aposentado, recebendo proporcionalmente, mediante indenização, ao Instituto Nacional do Seguro Social, das contribuições referentes ao período desconsiderado. Sustenta o uso exorbitante do poder outorgado ao Tribunal de Contas no artigo 71 da Constituição da República – ante o prazo de dez anos despendido para a anulação da aposentadoria – e ofensa aos princípios do contraditório e da legalidade, em face da ausência de oportunidade de defesa e do afastamento do direito sem previsão em lei. Alega que a retomada do cumprimento de novo

MS 26.872 / DF

período de serviço lhe trará redução no valor dos proventos em virtude da alteração das regras trazidas pela Emenda Constitucional nº 20/1998. Junta os documentos de folha 17 a 45.

2. Inicialmente, retifiquem a autuação, excluindo, como autoridade coatora, a Coordenadora-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda. Limitou-se ela a observar o que decidido pelo Tribunal de Contas da União, cuja força, no campo administrativo, é cogente.

Quanto ao mérito, o próprio impetrante reconhece ter sido notificado para apresentar contra-razões à revisão, de ofício, do ato de aposentadoria, havendo atuado na via direta, porquanto, no Tribunal de Contas da União, a parte envolvida tem a capacidade postulatória, não sendo compelida a constituir profissional da advocacia. Com esse fato, fica afastada a possibilidade de cogitar de falta de observância do contraditório.

Relativamente à segunda causa de pedir - a passagem do tempo -, noto que o registro ocorreu em 2003, não constando das peças do processo o mês e o dia exatos. Ora, a glosa verificada data de 15 de maio de 2007, não havendo a passagem dos cinco anos alusivos à decadência do direito de a Administração Pública rever os atos praticados. Ressalto que, ante a circunstância de o ato de aposentadoria não resultar aperfeiçoado com o simples encaminhamento, pelo órgão de origem, à Corte de Contas, descabe fixar como termo inicial do quinquênio o ano de 1997.

3. Indefiro a liminar.

4. Solicitem informações ao Tribunal de Contas da União e, uma vez prestadas, colham o parecer da Procuradoria Geral da República.

Nas informações de folha 56 a 62, a autoridade apontada como coatora refuta a argüida decadência para rever o ato administrativo, seja pela não-aplicação do artigo 54 da Lei nº 9.784/99 aos processos do Tribunal de Contas da União, seja pela ausência de aperfeiçoamento do ato complexo de aposentadoria, ante a pendência do registro. Alega observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, levando em conta a cientificação do impetrante para apresentar razões no recurso. Sustenta a ilegalidade do cômputo do tempo de atividade rural, para fins de aposentadoria de servidor estatutário, sem o devido recolhimento previdenciário, tendo em vista o artigo 202 da Constituição Federal, mesmo na redação originária, assegurar a contagem recíproca tão-somente do tempo de contribuição. Alfim, alude à faculdade de ser indenizado o período não recolhido e pugna pelo indeferimento da ordem.

Com as informações vieram os documentos de folha 64 a 68.

MS 26.872 / DF

O Procurador-Geral da República em exercício, às folhas 70 e 71, remete a parecer anterior, lançado no Mandado de Segurança nº 26.200-1/DF, da relatoria do ministro Celso de Mello, deixando de juntar cópia.

O processo encontra-se concluso e instruído para julgamento.

Consigno, por último, que o parecer é no sentido da concessão da ordem. É o relatório.

19/05/2010**PLENÁRIO****MANDADO DE SEGURANÇA 26.872 DISTRITO FEDERAL****V O T O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Procedam à distinção conforme a natureza do ato praticado pelo Tribunal de Contas da União. Incide a Lei nº 9.784/99, mais precisamente o artigo 54 nela contido, a revelar que a administração pública – gênero – tem o prazo de cinco anos para rever as respectivas decisões, quando em jogo ato jurídico aperfeiçoado. No caso, a glosa do Tribunal de Contas da União resultou de recurso interposto pelo Ministério Público – folha 58, item 5. Então, viável é o exame da passagem, ou não, dos cinco anos no que o ato atacado veio a alterar a situação decorrente do registro da aposentadoria.

Consoante ressaltei ao indeferir a medida acauteladora, não se demonstrou o mês em que verificado o registro, sendo certo que ocorreu no ano de 2003. Em 15 de maio de 2007, seja qual for o dia e mês do registro, deu-se a modificação. Então, não se fez o prazo previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/99. Em síntese, do registro até a revisão, não houve a passagem dos cinco anos que acarretam a preclusão administrativa.

Quanto ao direito de defesa, vê-se que foi observado pelo Tribunal de Contas da União. Confirmam com o ofício de folha 27.

Relativamente ao tema de fundo propriamente dito, ou seja, a glosa do período de serviço rural, valho-me do que tive a oportunidade de consignar em situação idêntica, no Mandado de Segurança nº 26.919-7/DF, cuja ordem foi indeferida por este Colegiado em 14 de abril de 2008, sem discrepância de votos, ausentes justificadamente os Ministros Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Menezes Direito:

[...]

Relativamente à segunda causa de pedir, consigno que a contagem, como tempo de serviço para aposentadoria em cargo público, do período de desenvolvimento de atividade rural – entre 5 de maio de 1967 e 13 de setembro de 1973 – sem a existência de contribuição conflita com o sistema consagrado pela Constituição Federal. Consoante dispõe o artigo 201 da Carta, o regime de previdência tem caráter contributivo. Vale notar, especialmente, o que prevê o § 9º do citado artigo:

MS 26.872 / DF

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

Admita-se que, sem a lei prevista na cláusula final do preceito, haja a contagem recíproca aludida, inclusive considerada a atividade rural. Indispensável, porém, é que exista período em que tenha ocorrido a contribuição, e isso não se verificou na espécie. Tanto é assim que se viabilizou à impetrante, servidora pública, o recolhimento do que diria respeito às contribuições relativas a esse espaço de tempo, tendo em conta o fato de haver justificado perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS o trabalho no mencionado período.

Não há como endossar, portanto, o que consignado pelo Ministério Público ao oficial no Mandado de Segurança nº 26.200-1/DF, sob a relatoria do ministro Celso de Mello, e que veio a ser reiterado neste processo. Realmente, durante certo tempo, o § 2º do artigo 55 da Lei nº 8.213/91 repetia a exigência constitucional. Eis o preceito que resultou da Medida Provisória nº 1.523/96:

Art. 55. [...]

[...]

§ 2º O tempo de atividade rural anterior a novembro de 1991, dos segurados de que tratam a alínea “a” do inciso I ou do inciso IV do art. 11, bem como o tempo de atividade rural do segurado a que se refere o inciso VII do art. 11, serão computados exclusivamente para fins de concessão do benefício previsto no art. 143 desta Lei e dos benefícios de valor mínimo, vedada a sua utilização para efeito de carência, de contagem recíproca e de averbação de tempo de serviço de que tratam os arts. 94 a 99 desta Lei, salvo se o segurado comprovar recolhimento das contribuições relativas ao respectivo período, feito em época própria.

Conforme consta do parecer, a atual redação do § 2º aludido, decorrente de alteração introduzida mediante a nona versão da citada medida provisória, não contém a vinculação às contribuições:

Art. 55. [...]

[...]

§ 2º O tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início de vigência desta Lei, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de

MS 26.872 / DF

carência, conforme dispuser o Regulamento.

Entrentes, há de se considerar que o silêncio notado quanto à contagem recíproca não implicou modificação considerada a regra constitucional. A entender-se que o novo teor do § 2º do artigo 55 alcança a contagem recíproca de tempo de serviço, concluir-se-á pela inconstitucionalidade do preceito, porquanto conflita, repito, com o § 9º do artigo 201 do Diploma Maior. A ele deve ser emprestada interpretação conforme à Carta Federal, mesmo porque não é expreso quanto à aludida contagem recíproca. Esse enfoque veio a ser sufragado pelo Judiciário, como ressaltou, nas informações, o Tribunal de Contas da União. Assim decidiu o Superior Tribunal de Justiça nos Recursos Especiais nº 497.143/RS e nº 315.701/RS:

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. PERÍODO ANTERIOR À LEI N.º 8.213/91. CONTAGEM RECÍPROCA. CONTRIBUIÇÕES. RECOLHIMENTO. NECESSIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou sua jurisprudência no sentido de que o tempo de serviço rural anterior à Lei n.º 8.213/91 pode ser utilizado para fins de contagem recíproca tão-somente quando recolhidas, à época da sua realização, as contribuições previdenciárias.

2. Recurso especial não conhecido.

(Recurso Especial nº 497.143/RS, relatora ministra Laurita Vaz, acórdão publicado no Diário da Justiça de 16 de junho de 2003)

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM ATIVIDADE RURAL PARA FINS DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO. NECESSIDADE.

1. "Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei." (artigo 202, parágrafo 2º, da Constituição da República).

2. "(...) para a contagem recíproca corretamente dita, isto é, aquela que soma o tempo de serviço público ao de atividade privada, não pode ser dispensada a prova de contribuição, pouco importando – diante desse explícito requisito constitucional – que de, contribuir, houvesse sido, no passado, dispensada determinada categoria profissional, assim limitada, bem

MS 26.872 / DF

ou mal, quanto ao benefício de reciprocidade pela ressalva estatuída na própria Constituição." (ADIn nº 1.664/UF, Relator Ministro Octavio Gallotti, in DJ 19/12/97).

3. A contagem do tempo de serviço prestado na atividade privada, seja ela urbana ou rural, só pode ser aproveitada para fins de aposentadoria no serviço público, quando houver prova de contribuição naquele regime previdenciário, inócurrenre, na espécie.

4. Recurso conhecido e provido.

(Recurso Especial nº 315.701/RS, relator ministro Hamilton Cavahido, acórdão publicado no Diário da Justiça de 10 de março de 2003)

Vale acrescentar que a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais editou o Verbete nº 10, com o seguinte teor:

O tempo de serviço rural anterior à vigência da Lei nº 8.213/91 pode ser utilizado para fins de contagem recíproca, assim entendida aquela que soma tempo de atividade privada, rural ou urbana, ao de serviço público estatutário, desde que sejam recolhidas as respectivas contribuições previdenciárias.

Indefiro a ordem.

19/05/2010

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.872 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Senhor Presidente, não desconheço esse precedente trazido pelo eminente Relator. Também não desconheço que a jurisprudência desta Corte assentou que não existe direito adquirido a regime jurídico, mas vou pedir vênia ao eminente Relator para divergir de Sua Excelência e conceder a ordem pela seguinte razão: o Tribunal de Contas assentou, no fundamento da revisão, que:

"É ilegal o ato de aposentadoria estatutária que inclui no cômputo de tempo de serviço período de atividade rural sem a devida comprovação de recolhimento previdenciário. Possibilidade de indenização ao INSS dos valores de contribuição não-recolhidos".

Isso está nas informações vindas do Tribunal de Contas da União aos autos.

Ora, no período em que se deu essa atividade rural, que, pelo que colhi dos elementos que tenho, foi comprovada – ele foi trabalhador rural naquele período –, a legislação impunha a contribuição sobre a venda da produção da propriedade rural, pelo produtor rural, como destacou o eminente Advogado da tribuna.

Nessa oportunidade – tenho, em minha certidão de nascimento, Senhor Presidente, registrada a profissão do meu pai: cafeicultor; meu pai era produtor rural e, realmente, cheguei a morar na zona rural, cheguei a morar em sítio e sei bem que não era o trabalhador rural que tinha a obrigação de fazer qualquer tipo de recolhimento à Previdência (antigamente o Funrural). Era o proprietário, e esses valores incidiam sobre a venda da produção. De tal sorte que não há como impor hoje àquele que comprovou período de atividade rural como trabalhador que também comprove que houve a contribuição por parte do produtor, pois eu não vejo como esse trabalhador terá condições de fazer a prova dessa contribuição. Na verdade, o Estado é que deveria estar organizado para saber quem contribuiu, quem não contribuiu, e buscar, mediante execução fiscal, a contribuição daqueles que deixaram de fazê-la.

Sem desconhecer a jurisprudência firmada em casos similares já julgados – da qual eu não participei, pois ainda não fazia parte desta Corte –, entendo que, no caso concreto, o que o Tribunal de Contas exigiu do trabalhador rural foi uma prova impossível de ele fazer – comprovar que houve aquela contribuição –, porque aquilo não era uma obrigação dele, era uma obrigação do proprietário rural, do produtor rural, volto a dizer, eram valores que incidiam



MS 26.872 / DF

não sobre a folha de salário, mas sobre a produção.

Por essas razões, entendo que a exigência feita pelo Tribunal de Contas da União é ilegal e concedo a ordem, pedindo vênias ao Ministro Marco Aurélio e àqueles que vierem a acompanhar a jurisprudência já assentada desta Corte. Tendo convivido na zona rural, tendo visto a realidade, entendo ser incabível exigir-se de um trabalhador rural que faça essa comprovação, *data venia*; é impossível esse trabalhador colher essa comprovação depois de tantos anos.

Senhor Presidente, por isso, concedo a ordem.



19/05/2010

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.872 DISTRITO FEDERAL**V O T O**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, peço vênia ao eminente Ministro Dias Toffoli para acompanhar a conclusão e os fundamentos expostos pelo Ministro Marco Aurélio. É como tenho decidido também e na linha da jurisprudência já assentada por este Tribunal. Inclusive, no estudo, verifiquei que são inúmeras as decisões de quase todos os Ministros nesse mesmo sentido.

Portanto, peço vênia ao Ministro Dias Toffoli para acompanhar o voto do Ministro Relator, denegando a ordem.

###

Obs.: Texto sem revisão da Exma. Sra. Ministra Cármen Lúcia. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

19/05/2010

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.872 DISTRITO FEDERAL**V O T O**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, também peço vênia ao Ministro Dias Toffoli para acompanhar a jurisprudência já pacificada desta Corte, que milita no mesmo sentido do voto do eminente Ministro Marco Aurélio.

Assento que, pelos documentos que tenho em mãos, o TCU - Tribunal de Contas da União - não vedou a aposentadoria ao impetrante. Na verdade, como alternativa para o retorno ao serviço público, ele indica ao impetrante a possibilidade de recolher as contribuições sociais correspondentes ao período de atividade rural para fruir a sua aposentadoria proporcional, nos exatos termos do artigo 201, § 9º, da nossa Constituição, que diz o seguinte:

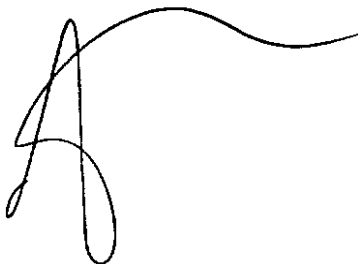
"9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei."



MS 26.872 / DF

Isto porque esta Corte já assentou que as contribuições previdenciárias têm uma natureza solidária. Portanto, todos devem contribuir para a higidez do sistema.

Com as devidas vênias ao eminente Ministro Dias Toffoli, que proferiu um substancioso voto em sentido divergente, acompanho o Relator.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' followed by a long, sweeping horizontal stroke that curves slightly upwards at the end.

19/05/2010

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.872 DISTRITO FEDERALVOTO

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU - Senhor Presidente, tomei uma decisão no Mandado de Segurança nº 27.849, nos termos da Emenda Regimental nº 28. Uma decisão monocrática em que menciono o Mandado de Segurança nº 26.919, inclusive, fazendo a observação - que eu diria clássica - de que a contagem recíproca do tempo de serviço pressupõe o recolhimento das respectivas contribuições, mas o impetrante não perderá o direito à aposentadoria.

De modo que a minha tendência, inicialmente, era no sentido de acompanhar o Relator. Creio, no entanto, que as observações trazidas pelo Ministro Dias Toffoli são expressivas, sobretudo no que respeita ao aspecto social. Sua Excelência falou no constitucionalismo liberal e no constitucionalismo social. Quando nós nos voltamos à busca do constitucionalismo social tudo se altera. Seguramente não é por conta da aposentadoria de meia dúzia, de centenas ou até de milhares de trabalhadores rurais que o Estado e a Previdência vão empobrecer. Por conta dessas circunstâncias, vou evoluir no sentido de acompanhar o Ministro Dias Toffoli.

19/05/2010

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.872 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Senhor Presidente, também vou pedir vênia à divergência para acompanhar o voto do eminente Relator.

Sua Excelência já demonstrou que o Tribunal já se manifestara na linha do que vinha se formando na jurisprudência do STJ e também na da Justiça Federal: há necessidade de que, para contagem recíproca, houvesse a prova do recolhimento.

Leio a manifestação da Ministra Ellen Gracie, quando disse, *in verbis*:

"Começo, nesse ponto, por observar que a contagem instituída pelo § 2º do art. 202 da Constituição (e para a qual expressamente exige esta a compensação financeira e a contribuição) tem, como pólos da reciprocidade, de um lado, a administração pública, de outro, a atividade privada, aqui compreendidas tanto a rural como a urbana.

Dessas premissas, parece lícito extrair que, para contagem recíproca corretamente dita, isto é, aquela que soma o tempo de serviço público ao de atividade privada, não pode ser dispensada a prova da contribuição, pouco importando – diante desse explícito requisito constitucional – que de contribuir, houvesse sido, no passado, dispensada determinada categoria profissional, assim limitada, bem ou mal, quanto ao benefício de reciprocidade pela ressalva estatuída na própria Constituição.

'Resumindo o que foi até aqui enunciado, entendo ser juridicamente relevante a impugnação da proibição de acumular imposta pela nova redação do art. 48 da Lei de Benefícios, bem como, em relação ao teor imprimido aos artigos 55, § 2º, 96, IV, e 107, o ataque à restrição ao cômputo do tempo de atividade rural, anterior à exigibilidade das contribuições, para fins de regime geral de previdência, justificando-se apenas o primeiro exame, a limitação à contagem recíproca...'

Como já foi destacado, essa foi a orientação que assumiu o Tribunal, nos vários mandados de segurança aqui já referidos, inclusive um da relatoria do Ministro Eros Grau, o MS n.º 26.734, na linha de ser inadmissível a contagem recíproca do tempo de serviço rural, para fins de aposentadoria do serviço público, sem que haja o recolhimento das contribuições previdenciárias correspondentes.

De modo que eu também me filio à posição já aqui defendida pelo eminente Relator, e pelos que o acompanharam, Ministra Cármen Lúcia e Ministro Ricardo



MS 26.872 / DF

Lewandowski, entendendo que não se trata, sequer, de prova impossível, mas se trata de uma exigência para que haja a contagem de tempo de serviço recíproco. Se não houver essa condição, não haverá a possibilidade de se fazer essa contagem que, como sabemos, beneficia, largamente, aquele que apresenta esse tempo para os fins da contagem e, claro, para gozo de uma aposentadoria com específicas prerrogativas, que é esta do servidor público.

Portanto, não se trata de fazer prova impossível. Se estivéssemos a tratar de um regime de previdência geral e houvesse essa impossibilidade, claro, o raciocínio do Ministro Dias Toffoli ganharia em relevância, porque se estaria a negar a possibilidade de alguém se aposentar num regime geral de previdência; mas não é disso que se cuida aqui, é de contagem de tempo para os fins de obter a aposentadoria na condição de servidor público.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Exatamente, o período a)ser considerado – porque sabemos que nem sempre o sistema foi contributivo, passou a sê-lo com a Emenda nº 20/98 – é um período diverso daquele em que houve a prestação na atividade rural. A Constituição impõe a compensação dos sistemas, e impõe sob o ângulo da contribuição.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI – Mas aí o administrador do sistema não cobrou daquele que deveria cobrar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mas, Ministro, aí está o problema: como poderia cobrar, no tocante àquele tempo, se sequer o beneficiário em termos de aposentadoria não era servidor público?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Portanto, acompanho o eminente Relator e também indefiro a segurança, por essas razões já expendidas.

19/05/2010

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.872 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - A maioria já está formada, mas eu vou pedir vênua ao eminente Relator e aos Ministros que o acompanharam para seguir o entendimento da divergência inaugurada pelo Ministro Dias Toffoli. E o faço - rapidamente explico - à luz do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, que diz o seguinte:

"Art. 3º É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente."

Parece-me que, realmente, pela chamada Lei do Funrural, havia contribuição para o trabalhador rural, mas era uma contribuição peculiar. Incidia não sobre a folha de salários, mas sobre a produção do empregador.

Então diante disso, parece-me que o artigo 202 da Constituição brasileira - artigo 202 da redação originária -, § 2º, fica satisfeito, porque, de fato, o § 2º do artigo 202 assegura a contagem recíproca do tempo de contribuição. Houve contribuição, apenas por uma forma peculiar, uma contribuição não calculada sobre o salário do trabalhador rural, mas sobre a produção rural.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - E não da parte do prestador de serviço, porque, quando se diz que o sistema é contributivo, é no sentido de que o beneficiário de uma aposentadoria deve contribuir.

Até a Emenda nº 20/98, no serviço público federal, não havia a contribuição. A União arcava com os ônus da aposentadoria.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Entendo que a solidariedade havia, mas por uma forma diferenciada, por uma forma peculiar.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****MANDADO DE SEGURANÇA 26.872**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

IMPTE.(S): JOÃO URCINO FERREIRA

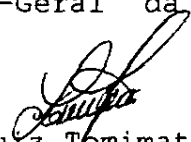
ADV.(A/S): ULISSES BORGES DE RESENDE

IMPDO.(A/S): PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TC Nº 01508220002)

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, indeferiu a segurança, vencidos os Senhores Ministros Dias Toffoli, Eros Grau e Presidente. Ausentes o Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente), em representação do Tribunal na Primeira Assembléia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa, em Portugal, a Senhora Ministra Ellen Gracie, convidada pelo Escritório Econômico e Comercial da Embaixada da China no Brasil para participação na Exposição *Universal - World Expo 2010*, em Shangai, e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Falou pelo impetrante o Dr. Ulisses Borges de Resende. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto (Vice-Presidente). Plenário, 19.05.2010.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto (Vice-Presidente). Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


P/ Luiz Tomimatsu
Secretário